

LEITURA DINÂMICA

O Brasil só voltará a crescer a taxas de 7,5% ou 8% dentro de quatro ou cinco anos, disse ontem a ministra da Economia, que também falou sobre a proposta apresentada aos bancos credores nos EUA. O Brasil quer obter a transformação de parte da dívida em títulos com até 45

anos de prazo, o maior já reivindicado por países devedores. Os banqueiros, entretanto, não gostaram da idéia, embora admitam que ela é inovadora. Na página 8, uma missão brasileira, chefiada por Ozires Silva, vai a Washington tentar convencer os senadores americanos a auto-

rizar a venda de um super-computador ao Brasil. Na 9, as divergências entre o governo e a Petrobrás: a estatal diz que recebeu o dinheiro da operação de conversão da dívida feita para aliviar seus problemas de caixa, Zélia e Eris garantem que a operação não foi concretizada.

Vamos crescer muito pouco, até 1994.

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, revelou ontem que o governo Collor desenvolverá uma política econômica até 1994 com a intenção de gerar um crescimento moderado. Neste período, o Brasil estabilizará sua economia e retomará gradualmente os investimentos, num cenário mundial de recessão e crise energética, explicou. "Só voltaremos a crescer a taxas históricas anuais entre 7,5 e 8% dentro de quatro a cinco anos", previu.

É neste quadro de crescimento moderado que o Brasil estabeleceu sua capacidade de pagamento da dívida, explicou a ministra. O País desembolsará efetivamente — caso feche o acordo nos moldes propostos anteontem — poucos recursos a cada ano e somente a partir de 1991. Os títulos de longo prazo com que o Brasil pretende negociar com os bancos credores a transformação de parte da dívida de US\$ 51 bilhões em bônus terão vencimento entre 40 e 45 anos. Estes são os maiores prazos já discutidos em negociações recentes entre países devedores e bancos internacionais.

Já os títulos de médio prazo da proposta brasileira poderão ter prazo de 20 a 25 anos, enquanto os de menor prazo (bônus de saída), entre 10 e 15 anos. Estes prazos foram revelados ontem por técnicos do governo que trabalharam na elaboração da proposta.

O plano não fecha questão em prazos determinados. Segundo os técnicos, os negociadores brasileiros estão preparados para discutir contrapropostas muito menores que fatalmente serão apresentadas pelos bancos cre-



Na negociação com os credores, Zélia quer obter prazos de até 45 anos. E pretende desembolsar pouco.

dores, se estes aceitarem iniciar as discussões formalmente. A ministra Zélia Cardoso de Mello deixou claro, ontem, no programa "Bom Dia, Brasil", da Rede Globo, que o País será flexível na negociação dos prazos, juros e até mesmo sobre a natureza dos títulos propostos.

"Podemos chegar a outra arquitetura financeira. Estamos abertos para isso", acentuou. Em relação aos prazos propostos no processo de transformação da dívida em novos papéis (securitização), Zélia Cardoso de Mello não quis antecipar detalhes. Classificou apenas como "pouco" o prazo de 30 anos concedido à Venezuela na sua renegociação e que, até agora, é o maior obtido até hoje, depois da crise da dívida de 1982.

Os títulos longos poderão ser resgatados antes dos prazos de 40 a 45 anos, mediante leilão — em que os bancos ofertarão descontos — ou sorteio público, se não houver interesse pelo leilão. Especula-se que em 1991 o Brasil estaria disposto a pagar até US\$ 2 bilhões por estes mecanismos. Este teto é gradualmente crescente ao longo dos próximos anos.

Os técnicos que trabalharam na elaboração da proposta de refinanciamento da dívida não acham que ela seja excessivamente dura com os credores. Observam que existem algumas novidades importantes e que servirão de compensação, como a desvinculação da dívida do setor privado brasileiro (de US\$ 9 bilhões) da renegociação.